

CEDI Povos

Fonte:

Data: 23/05/89



140

As terras que margeiam o Rio Maranhão pertencem aos Avá

Funai prioriza a definição de área

O Governo de Goiás vai enviar esta semana um documento ao Ministério do Interior solicitando que a demarcação da área indígena dos Avá-Canoeiro seja considerada prioridade pela Fundação Nacional do Índio (Funai), e sugerindo a transformação da reserva em santuário ecológico. O pedido será encaminhado pela Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (Sduma) e Secretaria de Justiça, que estiveram na região na quarta e quinta-feira da semana passada constatando a necessidade de garantir segurança o mais rápido possível aos 13 remanescentes da tribo.

Participaram também da visita de reconhecimento o superintendente regional da Funai, Nivon de Carvalho e Silva, técnicos do órgão, pesquisadores da Universidade Católica de Goiás, a presidente da Fundação das Nações Indígenas do Tocantins, Célia Câmara, além do titular da Sduma, Valterli Guedes, superintendente de Assuntos Indígenas da pasta, Idjarruri Karajá, e secretário adjunto de Justiça, Carlos Debrey. No local, eles vistoriaram a aldeia, os barrancos recentemente ocupados pelos garimpeiros, e trechos do rio, concluindo unanimemente ser fundamental a demarcação, assegurando espaço físico para a reprodução biológica e cultural da tribo.

O Superintendente de Assuntos Indígenas da Sduma observou, na ocasião, que os Avá estão voltando às suas características originais de vida sedentária, abandonando o nomadismo compulsório, criado por força das perseguições dos brancos, para um retorno à sua fase de fixação na terra, onde os índios têm plantado e cultivado produtos. "Isso demonstra que eles estão se sentindo seguros agora. É necessário estimular este comportamento, sem impor-lhes um modelo de vida", afirmou Idjarruri Karajá, reforçando a importância da demarcação da área. Para que a providência seja tomada, explica o superintendente da Funai, Nivon de Carvalho e Silva, é preciso que o órgão em Brasília coloque a reserva na sua lista de prioridades, repassando recursos para os levantamentos fundiários e indenizações.

Em todo o Estado, apenas o território dos Avá-Canoeiro ainda não foi demarcado, embora já esteja interditado, pois as terras dos índios Karajá, em Aruanã, e dos Tapuia, em Rubiataba, encontram-se totalmente regularizadas. No momento, explica Nivon de Carvalho, a Funai está concentrando esforços na área dos Xerente, na Aldeia do Funil - em Tocantínia, mas caso haja autorização de Brasília poderá iniciar logo a demarcação da reserva Avá.

Aldeia do Funil em estudo

Os levantamentos topográficos e fundiários para demarcação da área indígena Xerente da Aldeia do Funil, município de Tocantínia (TO), deverão ser concluídos dentro dos próximos 30 dias, quando então se procederá à avaliação das benfeitorias existentes na reserva. Uma comissão especial será designada para o trabalho, já que a Funai indenizará apenas os posseiros que se instalaram na região de boa-fé, desconhecendo tratar-se de território interditado para os índios. No local existem hoje 34 famílias, algumas delas de elevado poder aquisitivo, com terras de mais de 400 alqueires, e outras ocupantes de pequenas posses. O órgão ainda não sabe que critérios adotar com 10 destas famílias que se fixaram na área depois de sua interdição pelo Governo Federal, em 1982.

Segundo o superintendente da Funai em Goiás, Nivon de Carvalho e Silva, que chegou esta semana de Tocantínia, já foi encerrado o levantamento topográfico em 11 mil metros quadrados da reserva, e também a parte fundiária se encontra adiantada. O clima tenso criado entre os posseiros, que estavam resistindo em deixar a terra, assegura, foi finalmente dissolvido, e agora alguns deles já se dispõem inclusive a contribuir no levantamento das benfeitorias para o processo de indenização. "O problema aconteceu porque algumas famílias se consideravam com direito adquirido, por ocuparem a área

há 10 ou mais anos", afirmou Nivon. Entretanto, em reunião realizada na semana passada em Miracema do Tocantins, ficou esclarecido para os posseiros que a desapropriação da reserva é um imperativo determinado pela legislação, na medida em que a Funai conta com apenas cinco anos para demarcar todas as áreas indígenas do País.

ESPECULAÇÃO

A reserva da Aldeia do Funil soma 16 mil hectares e, junto com os 167 mil regularizados pelo Governo Federal em 1971, assegura definitivamente território para os índios Xerente, primeiros ocupantes da região de Tocantínia. A pretensão inicial dos posseiros era de que houvesse redução da área para apenas oito mil hectares, "o que seria absolutamente impossível", afirma Nivon, mas, enfim, chegou-se a um entendimento, e por enquanto a interdição da Polícia Federal está descartada, devendo acontecer somente se voltar a resistência.

A recusa das famílias em deixar as terras foi acentuada com a valorização imobiliária da região, próxima à Capital do Tocantins. Existem inclusive indícios, ainda não confirmados, de que posses teriam sido comercializadas para empresários de outros Estados, enganados pela informação de que os índios desocupariam a área e seriam transferidos para a reserva vizinha.

O POPULAR - 23/05/89